



## **ACTA DA REUNIÃO PRESENCIAL DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP,**

realizada no Palácio das Necessidades, Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 2020, com a presença de 8 (oito) membros integrantes deste Conselho Permanente, indicados por cada Conselho Regional, na forma da Lei, para tratar da seguinte ordem do dia: **1)** Reunião interna do CP/CCP e eleição da mesa diretora do Conselho Permanente; **2)** Reunião com a Secretária das Comunidades Portuguesas (Dra. Berta Nunes) e com o Ministro do Negócios Estrangeiros (Dr. Santos Silva). **3)** Reunião conjunta com o SE da Educação (Dr. João Costa) e o Presidente do Instituto Camões (Embaixador Luís Faro Ramos); **4)** Encontro com a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas da Assembleia da República; **5)** Reunião com a SECP e com o Diretor-Geral da DGACCP (Emb. Júlio Vilela); **6)** Reunião conjunta com o SE da Justiça (Dra. Anabela Pedroso) e a SE da Inovação e Modernização Administrativa (Dra. Maria de Fátima Fonseca); e **7)** Audiência com o Sr. Presidente da República, no Palácio de Belém. Estiveram presentes os seguintes integrantes: pela América Central e do Sul, Flávio Martins, Ângelo Horto e Maria de Lurdes Almeida; pela África, Manuel Coelho; pela América do Norte, Paulo Martins (suplente de Daniel Loureiro); e pela Europa, Amadeu Batel, Pedro Rupio e Paulo Marques. Ausências justificadas em decorrência das limitações de deslocação pela pandemia: Rita Santos, Lúcia Fernandes, Nelson Ponta Garça, António Cunha e Daniel Loureiro, substituído por Paulo Martins. No primeiro dia, 22 de setembro, às 10h00, na Sala do Protocolo do Palácio das Necessidades, teve início a reunião interna, da qual participaram somente os membros do Conselho Permanente. De início foi informado que os Conselheiros Manuel Coelho, Pedro Rupio e Paulo Marques precisariam ausentar-se por volta das 11h30



a fim de participarem de reunião com o Dr. Francisco Assis, Presidente do CES e, à tarde, do Plenário daquele órgão. Dadas as boas vindas a todos os presentes, foi encaminhado pelo Presidente, conforme acordado, ocorrer a discussão do Relatório de Atividades 2019/2020 (conforme o Artigo 38º, f, da Lei nº 66-A, de 2007) que foi amplamente **rediscutido** por todos os presentes, lembrando-se que esse documento já havia sido deliberado em reunião *on-line* passada, mas que precisaria ser discutido e votado/ratificado nessa reunião presencial. Assim, após as informações e as discussões, em votação foi ratificado pela unanimidade dos presentes. Foi, então, tratado o tema do GT “Memória do CCP”, e os Conselheiros Pedro Rupio e Maria de Lurdes Almeida apresentaram um relato pormenorizado do que foi feito até agora e quais as próximas etapas e as dificuldades que haverá para o desenvolvimento desse Projeto. Disseram, ainda, que no dia 25/9, sexta-feira, ambos e o Cons. Flávio Martins estarão em visita ao Instituto Diplomático para a investigação e recolha de material documental do CCP depositado nesse órgão. Seguiu-se, então, a Eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário do CP (Artigo 38º, a, da Lei nº 66-A/2007). Neste ponto, o Cons. Ângelo Horto pediu a palavra para recomendar a recondução da mesma mesa diretora. O Cons. Flávio Martins, diz que antes da chegada a Portugal conversou com os Conselheiros Amadeu Batel e Manuel Coelho e que eles entendiam que a mesa fez um bom trabalho e que deveria se recandidatar da mesma forma para poder manter os trabalhos até ao final deste mandato do CCP. Em votação, houve a aprovação por unanimidade, sendo reeleita a mesma mesa diretora deste CP/CCP: Flávio Martins, Presidente, Amadeu Batel, Vice-Presidente e Manuel Coelho, Secretário, os quais agradeceram à renovada confiança de todos no trabalho realizado durante o período. Neste momento saíram da reunião os Conselheiros que iriam deslocar-se até ao CES, para



uma reunião com o Presidente do CES, Dr. Francisco Assis, e para assistirem ao Plenário e ao Debate da Visão da Recuperação Económica Portuguesa 2020/2030. Ainda como outro aspecto a tratar na reunião interna, foram colhidos dos presentes alguma impressão, posições e dúvidas acerca de uma calendarização para as reuniões em 2021, haja vista a indicação de eleições em setembro. O Conselheiro Paulo Martins então perguntou quando seria certamente a eleição ao próximo mandato do CCP e o Cons. Flávio Martins respondeu na primeira semana de setembro, com o Plenário ainda em 2021. Houve, por conseguinte, diversas considerações, especialmente por conta de pedidos vindos do CR da Europa, para que a eleição ocorresse mais adiante por causa das férias em agosto (o que dificulta campanha e mobilização) e foi discutido encaminhar-se proposta à SECP para que a eleição seja no terceiro domingo (dia 19/9) ou no quarto domingo (26/9) de setembro, mas mantendo-se o Plenário em 2021, salvo algum efeito futuro dessa pandemia que tantas limitações e inseguranças trazem a todos/as. Em votação, foi aprovada por unanimidade, devendo essa posição ser levada à SECP. Voltando-se à discussão do calendário para 2021, foi definido que: a) as Secções locais deverão, a fim de atender-se a pleito antigo, reunir-se ou fazer alguma ação até meados de fevereiro; que de meados de fevereiro a meados de março deverão reunir-se os Conselhos Regionais; em abril deverão reunir-se as Comissões Temáticas (em Lisboa); e, finalmente, em maio ou junho, a próxima reunião deste CP (em Lisboa), cessando funções a partir de julho. Assim, seguiram-se várias discussões acerca desses temas e às 12h30 fez-se um intervalo para o almoço. Após, às 14h00, retomaram-se os trabalhos para serem discutidas as ações deste CP/CCP durante as próximas reuniões, que terão importantes pontos de pauta. Após diversas e oportunas intervenções, ficou certo que nas reuniões o Cons. Flávio Martins fará uma breve exposição e passará a



palavra aos convidados para suas intervenções em torno de 20 minutos e, após essas, haverá a participação dos conselheiros que deverão trazer sempre questões que sejam fulcrais nos temas a serem debatidos. Encerrada essa parte de reuniões internas, às 16h30 fez-se um intervalo. Retonando-se às 17h00 e até a chegada do Sr. MNE, Dr. Santos Silva, acompanhado da SECP, Dra. Berta Nunes. Presentes todos os oito conselheiros, passou-se ao item 2) Reunião com a Secretária das Comunidades Portuguesas (Dra. Berta Nunes) e com o Ministro do Negócios Estrangeiros (Dr. Santos Silva), que iniciou-se às 17h10 com a intervenção do Cons. Flávio Martins agradecendo pela cessão das instalações para esta reunião do CCP, haja vista a impossibilidade de realizá-la na Assembleia da República como em anos anteriores, em decorrência das restrições sanitárias. Também relembrou os 40 anos do CCP cuja primeira reunião ocorreu em abril de 1981 e da ideia deste Conselho realizar alguma atividade aquando da próxima reunião do CP/CCP, em referência aos 40 anos, com a presença de autoridades, ex-SECP, Deputados pelas Comunidades e que ambos já estavam convidados. Disse que o CCP estava atento às necessidades das Comunidades e que trazia temas estruturantes, além de reiterar as propostas de revisão da Lei 66-A e, para isto, contava com o apoio não apenas da SECP mas do MNE, agora eleito também deputado pelo círculo fora da Europa. Com a palavra, o Sr. MNE afirmou que sabia das nossas propostas de revisão da Lei 66-A e que a questão da mudança da tutela não teria o apoio e parecia descabida pois a transversalidade de matérias e temas indicados como justificação do CCP existe no MNE. Assim como a Presidência do Conselho de Ministros trata de todos os temas em Portugal, no exterior e nas Comunidades a transversalidade dos temas é uma característica da atuação do MNE, que é, portanto, multitemático, pois há o Portugal “espíritual” nas Comunidades. Falou ainda do projeto de



modernização e simplificação dos serviços consulares, por meio de digitalização e documentos eletrônicos o que daria mais tempo para o atendimento presencial dos que não tem acesso ou tem dificuldades com a Internet. Falou do orçamento do CCP que tem aumentado nos últimos anos e da atenção do Governo aos problemas das Comunidades, especialmente dos mais carenciados, pedindo a ajuda do CCP para a divulgação do Edital de apoio a eventos nas Comunidades, no âmbito do associativismo. Tratou, ainda, da preocupação na reposição de cortes salariais e na reposição das carreiras no âmbito dos Postos Consulares e que a questão “Brasil” preocupa, havendo reunião com o Sindicato dos trabalhadores no dia 27/10, pois esse país é o único que não beneficia da atualização cambial desde 2013. Após a intervenção do Sr. MNE, houve algumas intervenções dos conselheiros. O Cons. Amadeu Batel em resposta às prioridades do Governo como sendo as grandes questões de fundo das políticas para as Comunidades, enunciadas pelo MNE na sua intervenção teceu, em síntese, as seguintes considerações: as questões de fundo enunciadas pelo MNE, excetuando as atribuições e competências delegadas nas nossas missões diplomáticas no que concernem o reforço do apoio consular eficiente e assente em critérios de qualidade e proximidade ainda por concretizar, não coincidem com as grandes questões de fundo do CCP plasmadas no seu Plano de Ação Trienal e na Resolução 01/2019, nomeadamente, as políticas linguística e educativa, de cultura e identidade, participação cívica e política com a inclusão plena e representatividade eleitoral dos portugueses no estrangeiro. Em matéria de política linguística que confunde língua de herança com língua estrangeira o MNE afirmou que não sendo linguista as opções do Governo não são da sua responsabilidade. O Cons Amadeu Batel abordou ainda as diferentes posturas em relação à mudança de tutela evidenciando a questão central na interpretação do MNE e CCP. As



matérias políticas setoriais/tranversais a todos os Ministérios têm de ser vistas numa lógica interna e não externa exigindo política centrada na política interna e nunca na política externa. A este propósito, a mudança de tutela para a Presidência do Conselho de Ministros (junto do PM) é uma medida prioritária para o CCP. O Conselheiro Manuel Coelho alertou para a falta de pessoal na Embaixada de Portugal em Windhoek (Namíbia), o qual funciona com uma única funcionária, que se vai reformar no final do ano, ficando a Embaixada e a Secção Consular a funcionar só com o Embaixador e um motorista. Ainda na ronda pelos diversos conselheiros tomou a palavra o conselheiro Paulo Martins, que na sequência da reunião do CRAN em Washington com o Sr. MNE em 2018, insistiu na questão salarial dos funcionários, dizendo que 1600 euros mês não é suficiente para se viver em qualquer cidade Americana e que estes índices salariais deveriam de ser atualizados, disse também que as estruturas consulares carecem de chefias intermédias a longo prazo e envolvidas com as comunidades, e que estas tem um desempenho fundamental na transição dos chefes dos postos para dar continuidade a um trabalho de proximidade com as comunidades, terminou mencionando a necessidade urgente da criação de um call center para os EUA, visto já não serem só os conselheiros a reclamarem do deficiente atendimento dos serviços consulares, referindo-se à carta enviada ao MNE pela organização PALCUS. Em resposta a esta ronda efetuada pelos conselheiros, o Sr. MNE pouco adiantou em relação à sua primeira intervenção e, após diversos debates, a reunião e os trabalhos nesse dia foram então encerrados às 18h40. Retomando-se as atividades no dia 23/9, às 10h00, na Sala do Protocolo, para o ponto 3) Reunião conjunta com o SE da Educação (Dr. João Costa) e o Presidente do Instituto Camões (Embaixador Luís Faro Ramos). Aberta a reunião, com os agradecimentos aos convidados, o Cons.



Amadeu Batel fez a primeira intervenção em nome do CCP para abordar o Ensino da Língua e da Cultura, conforme previsto na Constituição Portuguesa, tratou da língua de herança, que não pode ser colocada no mesmo saco do português como língua estrangeira e chamou a atenção que há várias designações à língua e terminou sua exposição inicial perguntando: “qual o ensino se dará às crianças e aos jovens nas Comunidades?” A palavra passou ao Dr. João Costa que diz que sobre erosão linguística sabe-se pouco e que há uma superdiversidade linguística não cabendo respostas únicas nem pré-formatadas: para as Comunidades precisamos de respostas múltiplas mas com integração de resultados. O Embaixador Luís Faro Ramos disse estar sempre disponível para qualquer contato ou prestação de informações ao CCP, que houve um aumento de docentes no EPE (310 em 2017 para 320 em 2020/2021) e que há uma opção estratégica que é a projeção linguística internacional de Portugal e a introdução de uma certificação conjunta para os cursos de PLE concertada entre os governos de Portugal e do Brasil. O Cons. Amadeu Batel em resposta ao Dr. João Costa afirmou que mesmo não existindo respostas únicas, nem pré-formatadas às questões da erosão linguística ou diversidade linguística, tal evidência não impediu ao Governo por meio dos Ministérios da Educação e dos Negócios Estrangeiros adoptar respostas únicas quantos às políticas linguística e educativa para as crianças, jovens e lusodescendentes em contexto migratório. Após diversos debates, a reunião foi encerrada às 12h30 e fez-se um intervalo para o almoço. Após, os conselheiros deslocaram-se à Assembleia da República para o ponto 4) Encontro com a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. Com início às 14h10, foram recebidos e saudados pelo Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Gonçalves, que presidiu a reunião na Sala 1. Após ter dado as boas vindas a todos e



reafirmar que há muito não se fazia uma reunião com o modelo totalmente presencial, indicou que a reunião deveria durar uma hora pois haveria Plenário com a presença do Sr. Primeiro Ministro em seguida, e deu a palavra ao Presidente do CP. Este agradeceu a sensibilidade e a cortesia de receberem todos os integrantes presentes à reunião do CP, apesar das medidas restritivas de segurança sanitária, e reiterou que o CCP, mesmo sendo órgão de aconselhamento do Governo, quer manter uma permanente relação dialogal com a AR. Falou ainda dos 40 anos e da “Memória do CCP”, lançando o repto para a realização de um Plenário temático na AR para debater o tema “Comunidades Portuguesas”, o que seria algo único e um momento histórico. Tratou ainda da revisão da Lei 66-A, com a apresentação em geral das propostas do CCP que já foram no ano passado e nesta legislatura enviadas aos Deputados. Passa então a palavra ao Cons. Amadeu Batel que falou da consulta obrigatória ao CCP em matérias das Comunidades para não sermos um simulacro e expôs os argumentos do CCP para o pedido de mudança de tutela para a Presidência do Conselho de Ministros, para termos políticas efetivamente dirigidas a quem vive no estrangeiro, pois o MNE e o Governo por meio deste tem mais uma visão estratégica de negócios estrangeiros do que das Comunidades Portuguesas. Após, a palavra foi dada aos deputados/as para manifestarem-se, o Deputado Paulo Porto, pela aproximação permanente do CCP com a AR, o Deputado José Césário, reconhecendo que o CCP é um miniparlamento e que eles têm acompanhado com preocupação as dificuldades sociais e consulares nas Comunidades, o Deputado João Oliveira, reconheceu o arrojo das propostas do CCP para revisão da Lei 66-A e pergunta se decorreram de uma reflexão geral e, ainda, intervieram os deputados Lara Martinho e Paulo Neves, com ligações familiares às Comunidades e que afirmaram que o CCP não se sinta abandonado pois todos reconhecem sua



importância institucional. Por fim, o Deputado Carlos Gonçalves lembrou que houve uma ampla maioria na Casa para aprovação da última revisão da Lei, ocorrida em 2015, e que uma nova alteração deverá ter essa ampla maioria novamente e que caberia ao Governo, como das vezes anteriores, a iniciativa de enviar à AR uma proposta de revisão. A palavra retornou ao CCP e falaram o Cons. Amadeu Batel, acerca do CCP estar em uma encruzilhada e que não quer se tornar uma simulacro e apresenta propostas de fortalecimento e autonomia do órgão; o Cons. Paulo Marques, que falou da existência de mais de 7.00 autarcas de origem portuguesa em França, e o Cons. Flávio Martins que agradeceu a todas as intervenções e afirmou que o CCP quer estar em contato permanente com a AR, que o que se apresenta, inclusive as propostas de revisão à Lei 66-A são decorrentes de ampla, demorada e atenta reflexão de todo CCP, inclusive dos seus Conselhos Regionais que puderam propor amplamente até a redação final e que esse processo levou meses até a ratificação em maio de 2019, na última reunião do CP em Lisboa, e disse que agradecia quando afirmavam que não estamos abandonados mas isso ocorre às vezes como no caso do Conselho Nacional de Educação ao impedir a posse do nosso conselheiro indigitado pois não lhe quer pagar as despesas de deslocação; ora se assim são tratadas as Comunidades, o CCP e seus Conselheiros, é um tratamento discriminatório. Encerrada a reunião, os conselheiros voltaram ao Palácio das Necessidades e, por volta das 16h00, passou-se ao ponto **5) Reunião com a SECP e com o Diretor-Geral da DGACCP (Emb. Júlio Vilela), na Sala do Protocolo. Inicialmente interveio a SECP, que abordou os seguintes temas: a previsão orçamentária ao CCP, na qual apontou para a não utilização de toda a verba em anos anteriores, que acha bem utilizarmos as verbas para realização de estudos e eventos do CCP, inclusive para o GT Memória, e que há de ser observada a regulamentação legal para utilização**



de verbas mas sempre que caberá ao CCP indicar onde e como utilizar o seu orçamento; quanto ao aumento para 2021 será viável mas, talvez, não no valor indicado pelo CCP; as propostas para revisão da Lei 66-A, com as quais concorda em grande parte, salvo a mudança de tutela, que não passará; os apoios do Governo às Comunidades, tanto o ordinário, previsto no OE para 2020, como o extraordinário em decorrência da COVID e que saiu do FRI, exclusivamente para as associações que mantinham apoio social, considerando que deva haver uma maior participação na divulgação dessa ajuda anual, pois o número de pedidos caiu de 570 (2010) para 110 (2017); tratou ainda do Estatuto do Investidor da Diáspora (PNAID), ação estratégica do Governo, e do atendimento nos Postos Consulares, informando da implementação da certidão de nascimento *on-line*, de 99 (noventa e nove) vagas nos Postos nos últimos anos, da implementação do ESGC, sistema informático para a inscrição única, da implementação da transcrição digital na gestão consular (com valores do Plano de Recuperação e de Resiliência) e dos Centros de Atendimento Consular (CACs), que têm funcionado bem em Espanha e no Reino Unido e que, em breve, haverá outros na Irlanda, na Bélgica e no Luxemburgo. De seguida interveio o Diretor-Geral da DGACCP, que tratou do orçamento do CCP afirmando novamente que não foi todo utilizado nos últimos anos mas, destacou, também foi alcançado por cativações e que cabe uma ação política para que isso não ocorra; tratou também do Novo Modelo de Gestão Consular que será implementado até ao final do ano, falou da ficha de inscrição consular única que será uma grande benefício aos utentes nas Comunidades, e da futura plataforma eletrónica pela qual poder-se-á agendar e pagar *on line*, fazer autenticação eletrónica de documentos e receber em casa quase todos os documentos expedidos. Sobre essa plataforma eletrónica disse que está a ser construída e precisará ser



certificada pela AMA (Agência de Modernização Administrativa) e ir a concurso público internacional por causa do montante a ser investido, projetando o final desse processo em 2023, frisou ainda que um grupo de amigos que se reúne para angariar fundos para portugueses carentes ou para ações de beneficência, não tem direito a apoio social por parte do Governo. Com a palavra, o Cons. Flávio Martins agradeceu a disponibilidade e antes de passar a palavra aos Conselheiros, disse que todas as propostas deste Conselho Permanente encontram-se na Resolução CP/CCP 01/2019 e foram bastante discutidas em 2018/2019; e que a informação da não utilização de todo o orçamento do CCP era algo controverso pois sempre há cativações mas se a questão é a falta de previsão ou de planeamento, o CCP fará a “lição de casa” e, atempadamente, apresentará os pedidos necessários à realização não apenas das reuniões dos seus Colegiados (que têm ocorrido todos os anos) mas também das nossas Secções locais, devidamente regulamentadas, e isso será feito com calendarização e justificação aprovadas pelos órgãos do próprio CCP. Assim, após alguns debates, os trabalhos foram encerrados às 18h00, para continuarem no dia seguinte. No dia 24 de setembro os trabalhos iniciaram-se às 09h40, na Sala do Protocolo, com a continuação da reunião do dia anterior com a SECP, Dra. Berta Nunes, que tratou dos seguintes temas: a revisão à Lei 66-A e, após informação do CCP de que os deputados na reunião ocorrida disseram que caberia ao Governo iniciar um processo de revisão, a SECP definiu que consultará as assessorias do GSECP e, em breve, remeterá propostas à Segunda Comissão da AR; da participação cívica nas Comunidades afirmando que fará auscultação do CCP para avaliação do GT dos atos eleitorais; dos apoios concedidos este ano às Comunidades, nos âmbitos do associativismo, dos carenciados e da comunicação social de raiz portuguesa e que haverá uma alteração, uma necessária revisão do



diploma que trata da concessão anual de apoios ao associativismo mas que este ano ainda permanecerá e que o concurso para candidaturas estará aberto de 01/10 a 31/12; da eleição ao futuro mandato do CCP e neste tema foi encaminhada à SECP a proposta deliberada no dia 22/9 para que a eleição seja no terceiro (dia 19/9) ou no quarto domingo (26/9) de setembro, mas mantendo-se o Plenário em 2021, salvo algum efeito futuro dessa pandemia, mediante as justificações aduzidas por ambas as partes, ficando definido, então, que a referida eleição ocorrerá em um desses dias, conforme futuro ato convocatória da própria SECP; tratou, finalmente, das questões relativas ao orçamento do CCP e disse que caberia ao próprio CP/CCP propor a verba e destinar a sua utilização mediante justificação. A palavra passou, então, aos conselheiros que afirmaram a urgente necessidade de revisão do diploma que trata da concessão de apoios às Associações (Decreto-lei 124/2017); que para uma maior participação na eleição de janeiro à Presidência da República será necessário a abertura de mais assembleias de voto, haja vista as distâncias a percorrer nas Comunidades, para além das limitações decorrentes da pandemia; que a CNE (Comissão Nacional de Eleições) precisa urgentemente proporcionar uma ampla divulgação do próximo ato eleitoral nas Comunidades o que é inexistente até agora e estamos a 4 (quatro) meses dessa eleição; do interesse de ampliação de votação nas Autárquicas às Comunidades; que, quanto ao orçamento do CCP, mantém a proposta formalmente enviada em julho passado em 205.000 (duzentos e cinco mil) euros, sem cativos na rubrica e que até novembro o CP/CCP irá encaminhar uma calendarização mais plano de trabalho e justificação de suas instâncias, quais sejam: as Secções locais (ações entre janeiro e fevereiro), Conselhos Regionais a se reunirem de 22/2 a 20/3, Comissões Temáticas em abril e o Conselho Permanente em maio e que contarão com o apoio do GSECP e da



DGACCP declarados nas reuniões para utilização do orçamento. Após algumas intervenções, às 12h30 fez-se um intervalo para o almoço. Depois, às 14h00, os conselheiros passaram ao ponto 6) Reunião conjunta com o SE da Justiça (Dra. Anabela Pedroso) e a SE da Inovação e Modernização Administrativa (Dra. Maria de Fátima Fonseca), da qual participou como convidada especial a SECP. A SE da Justiça centrou a sua intervenção em questões relativas ao histórico da Lei da Nacionalidade tendo realçado algumas das reformulações nela introduzidas. A este respeito, problematizou algumas das exigências requeridas aos netos de portugueses que solicitam a nacionalidade: proficiência linguística e prova de ligação efetiva à cultura portuguesa. Estas exigências não colocam num plano de igualdade descendentes de portugueses residindo em países “lusófonos” com todos os outros. Abordou ainda a problemática atinente à questão “O que é ser português?” Informou também sobre o número de pedidos de aquisição de nacionalidade nos últimos 18 meses: mais de 180 mil no total dos quais 137 mil tinham sido concedidos, dos quais a maioria para netos de portugueses no Brasil e descendentes de judeus sefarditas. A SE da Inovação e a Modernização Administrativa abordou problemas ligados à simplificação do atendimento dos cidadãos nos postos consulares. A este propósito, e no quadro do objetivo ligado ao processo de modernização administrativa, nomeadamente a introdução e operacionalização da Plataforma Digital a estar concluída em 2023. Aqui destacou algumas das suas implicações: a necessidade de formar todos os funcionários públicos, incluindo os dos postos consulares visto todos os atos consulares passarem a ser solicitados por via digital: a ambição de concretizar o objetivo de aproximar o cidadão com a administração pública, mais concretamente o Estado português. Referiu-se ainda a alguns problemas transitórios conetados com a exigência de uma literacia digital adequada a esta nova



realidade. Abordou-se ainda, após proposta apresentada pelo Cons. Flávio Martins, a problemática associada aos antigos B.I.s vitalícios e à necessidade de, a curto prazo, resolver este problema que atinge cerca, de 300 mil portugueses nas Comunidades e quase 900.000 em território português, a fim de que haja a atribuição de Cartões de Cidadão, de forma gratuita, para lhes garantir os direitos que lhe estão automaticamente associados: o recenseamento automático e a inscrição na segurança social. Informou ainda de questões ligadas ao passaporte e a extensão da sua validade de 5 (cinco) para 10 (dez) anos, que seria um problema mais ligado ao tempo de uso/validade do chip, e da possibilidade de efetuar registos de nascimento *on-line*: há hoje cerca de 2,5 milhões de recém-nascidos com CC. Em seguida, o Conselheiro Manuel Coelho questionou a lentidão dos pedidos de nacionalidade portuguesa, obtendo resposta que de deram entrada mais de 180 mil pedidos, especialmente do Brasil, Angola e Venezuela e durante mesmo período tinham processado 137 mil. Findos os debates, encerrou-se a reunião e, logo a seguir, agradeceu-se à receção e à atenção que o CCP teve durante os dias de reunião no Palácio das Necessidades, fossem os funcionários do MNE, todo o staff do GSECP, da DGACCP e, em especial, à Dra. Berta Nunes, encerrando-se a reunião às 16h30, para deslocação ao Palácio de Belém. No Palácio, às 17h30, o CP/CCP foi recebido por sua Exa. o Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, estando presente também a Assessora para as Comunidades, Maria João Ruela. Em síntese, o Presidente da República saudou a todos do CCP, mostrou-se conhecedor da história e das propostas do Conselho, disse estar atento às Comunidades e apoiante às nossas pretensões. Após algumas saudações de alguns Conselheiros, o Conselheiro Flávio Martins entregou ao Sr. Presidente uma cópia da Resolução CP/CCP 01/2019 e do Relatório de Atividades 2019/2020, pedindo que brevemente



possamos reunir esforços e agendas entre o CCP e o Conselho da Diáspora da Presidência da República, conforme requeremos desde 2016. Finalizado esse encontro, e nada mais havendo a tratar, encerraram-se os trabalhos em Lisboa, sendo esta Acta cópia fiel do realizado e, após aprovação dos membros do CP/CCP, será devidamente assinada pelo Presidente e pelo Secretário, conforme o Regulamento Interno.

*José Luís Pereira*

*[Handwritten signature]*